

Na quinta-feira
R\$ 5,159
(+ 0,05%)

Dólar

	Últimos
27/março	5,241
30/março	5,247
31/março	5,178
1º/abril	5,156

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R\$ 5,950

CDI
Ao ano
14,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,64%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70

COMÉRCIO EXTERIOR

Crédito de R\$ 15 bi abre nova rota para exportações

MP para micro, pequenas e médias empresas deve acelerar certificações e ampliar a inserção no comércio internacional em meio a tensões geopolíticas. Especialistas veem selos como diferencial para acesso a mercados mais exigentes

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Em meio à reorganização das cadeias globais e ao aumento das tensões geopolíticas, o reforço de R\$ 15 bilhões em crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) exportadoras deve ir além do alívio financeiro e acelerar uma mudança estrutural na estratégia dessas companhias, com a adoção de certificações internacionais para acesso a novos mercados.

Anunciada no fim de março pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a medida batizada de “Brasil Soberano 2.0” foi formalizada por Medida Provisória e mira empresas impactadas pela instabilidade externa.

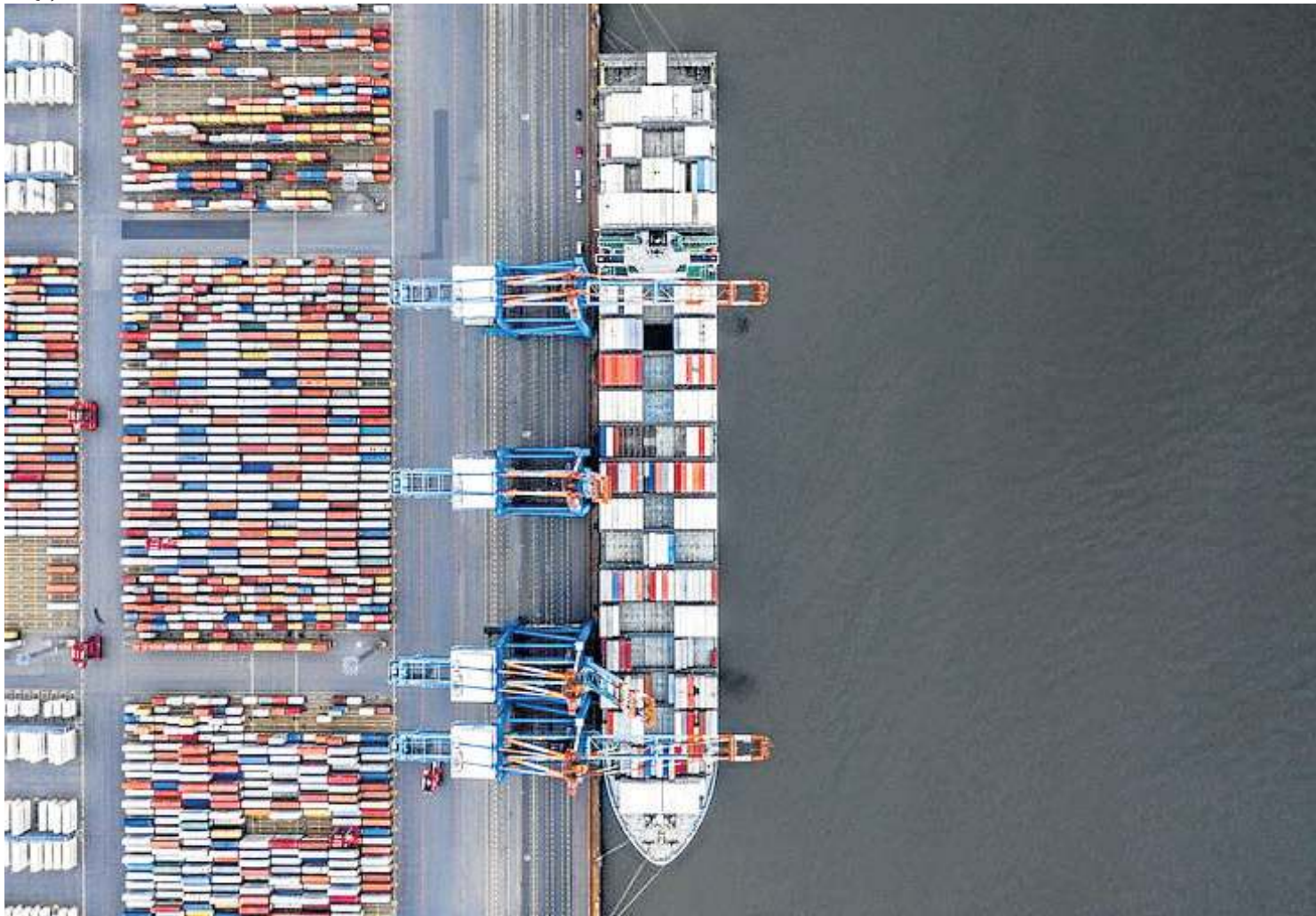
No atual cenário, marcado por barreiras técnicas mais rígidas e maior exigência de rastreabilidade e conformidade, especialistas avaliam que o crédito tende a ser direcionado não apenas à manutenção das operações, mas também à adequação a padrões internacionais, etapa considerada decisiva para ampliar a competitividade e diversificar destinos de exportação.

Para Vinícius Lages, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o movimento reflete uma mudança de posicionamento das MPMEs no comércio exterior. Segundo ele, a obtenção de certificações passa a ser um diferencial para inserção em mercados mais exigentes, sobretudo em um ambiente de maior seletividade e risco.

“Essas empresas enfrentam o encarecimento do frete internacional e a exigência de novas certificações, como as europeias ou árabes, para contornar áreas afetadas por conflitos”, afirmou Vinícius. No comércio internacional, essas certificações atestam que o produto importado está em conformidade com as normas e exigências do país ou da região de destino.

No caso dos países árabes, o documento mencionado é a certificação Halal Logístico, que, além de facilitar o acesso a portos e cadeias de distribuição nesses mercados, assegura que toda a operação respeitou as normas do islamismo.

Divulgação/Mdic



Linhas de crédito poderão ser direcionadas a capital de giro, ampliação da capacidade produtiva e inovação tecnológica

Entre as exigências do mercado europeu, o especialista do Sebrae destaca o Regulamento de Desmatamento da União Europeia (EUDR) e o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), que condicionam a entrada de produtos ao cumprimento de critérios ambientais e de sustentabilidade.

Segundo ele, os R\$ 15 bilhões previstos na Medida Provisória voltada às MPMEs exportadoras têm potencial para ampliar o acesso ao crédito e reduzir barreiras de entrada, especialmente para empresas de menor porte que buscam se adequar a essas exigências internacionais.

“Trata-se de uma mudança estratégica para o setor de MPMEs, ao ampliar o acesso ao comércio exterior, historicamente concentrado em grandes corporações.

Pequenas empresas também podem se preparar para a inserção no mercado global por meio de empresas âncoras, integradoras, tradings e cooperativas, ganhando escala”, afirmou Vinícius. Ele acrescenta que “os pequenos negócios responderam por 66,6% dos empregos gerados nos últimos anos”.

O que diz a medida

Segundo a medida provisória, as linhas de crédito destinadas às micro, pequenas e médias empresas exportadoras poderão ser direcionadas a capital de giro, ampliação da capacidade produtiva, expansão da cadeia e investimentos em inovação tecnológica.

De acordo com Lages, esses critérios de concessão buscam assegurar que os recursos sejam

aplicados na atividade produtiva, evitando sua destinação a despesas como a quitação de dívidas.

“A MP é clara ao permitir o uso dos recursos em inovação tecnológica, atualização de maquinário e capital de giro. Trata-se de uma estratégia de adaptação que tende a gerar vantagens competitivas mais duradouras (...) isso inclui investimentos em rastreabilidade, descarbonização e no processamento de matérias-primas, com foco na exportação de produtos de maior valor agregado, e não apenas de commodities”, avaliou o especialista do Sebrae.

Segundo ele, mesmo em menor escala, micro, pequenas e médias empresas têm espaço para exportar produtos de nicho, como itens artesanais e premium, com maior valor agregado. “O foco recai

sobre segmentos como agronegócio e bioeconomia, com exemplos como café especial e mel orgânico, além de tecnologia, com softwares e serviços de startups, e áreas de manufatura e design, como móveis e calçados”, exemplificou.

Os recursos previstos na MP terão como fonte o superávit financeiro do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), vinculado ao Ministério da Fazenda e administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O fundo é destinado à cobertura de riscos associados às exportações brasileiras de bens e serviços, incluindo eventos de natureza comercial, política e extraordinária.

Os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) ainda irão regulamentar os critérios de

elegibilidade das empresas exportadoras que poderão acessar as linhas de crédito.

Liquidez

Em linha com a avaliação do Sebrae, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirma que a Medida Provisória voltada às MPMEs tende a mitigar parte das dificuldades enfrentadas pelo setor em um cenário de instabilidade geopolítica.

“A injeção de R\$ 15 bilhões em financiamento a exportadores deve dar fôlego às indústrias, especialmente às pequenas e médias, e contribuir para evitar a propagação de dificuldades financeiras ao longo das cadeias produtivas, preservando empregos e a capacidade de produção, sobretudo em um contexto de juros elevados, que restringe o acesso ao crédito no mercado”, afirmou o presidente da CNI, Ricardo Alban, em nota enviada ao **Correio**.

Segundo o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), os R\$ 15 bilhões destinados a empréstimos serão distribuídos em diferentes frentes. “R\$ 10 bilhões serão para bens de capital, o que inclui compra de máquinas e modernização das fábricas. Desse R\$ 10 bilhões, R\$ 7 bilhões vão para bens de capital e R\$ 3 bilhões devem ser destinados às chamadas máquinas verdes. O que é uma máquina verde? É uma máquina que entrega eficiência energética. Então, ao usar a linha de crédito do Brasil Soberano 2.0 para a compra de máquinas, eu ganho em eficiência energética”, explicou, em conversa com jornalistas, na semana passada, ao se despedir do comando do Mdic.

Ainda segundo o vice-presidente, além de contemplar MPMEs afetadas por conflitos geopolíticos ou por medidas tarifárias dos Estados Unidos, a MP também alcança empresas fornecedoras de insumos para exportadores. O crédito, acrescentou Alckmin, poderá ainda atender companhias brasileiras cujas exportações tenham sido taxadas em até 50% pelos Estados Unidos, caso de setores como aço, alumínio e cobre.

MP do diesel tenta conter crise de preços

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve publicar nesta semana uma medida provisória (MP) para subsidiar o diesel importado, em resposta aos impactos da guerra no Oriente Médio sobre os preços e o abastecimento no país. Com vigência prevista de dois meses, a iniciativa busca conter repasses ao consumidor e evitar ajustes na oferta, mesmo diante da resistência de alguns estados e de grandes distribuidoras.

Pela proposta da área econômica, o subsídio ao diesel importado seria de R\$ 1,20 por litro, com divisão igual do custo entre União e estados, que arcaria com R\$ 0,60 cada. O impacto fiscal estimado é de cerca de R\$ 1,5 bilhão por mês sobre as receitas estaduais, com compensação prevista por meio

da retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

A adesão tende a ser significativa, mas não unânime, com estados como Rio de Janeiro e Rondônia já sinalizando que devem ficar fora da proposta. Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o governo está próximo de alcançar um consenso entre os estados, após negociações conduzidas nos últimos dias.

“Eu gostaria que tivesse unanimidade para que a gente fizesse o quanto antes, sem qualquer tipo de ruído ou de questionamento. Mas ainda que busquemos unanimidade, a gente não precisa de unanimidade”, afirmou Durigan.

A implementação da subvenção também depende da adesão das distribuidoras de combustíveis, ponto que ainda enfrenta

Washington Costa



Dario Durigan diz que governo está próximo de consenso

resistência entre as principais empresas do setor. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) habilitou cinco companhias na primeira fase do programa, sem pendências nos termos apresentados por Petrobras, Sea Trading Comercial, Midas Distribuidora de Combustíveis, Refinaria de Mataripe e Sul Plata Trading.

Por outro lado, grandes distribuidoras como Ipiranga, Raízen e Vibra Energia não manifestaram interesse em aderir ao programa até o prazo final, encerrado em 31 de março. Em nota, a ANP informou ainda que outras empresas, não identificadas, já apresentaram a documentação necessária para participar da segunda fase, cujo período de inscrição segue aberto até 30 de abril.

O preço do diesel no Brasil acumula alta de 24% desde o início do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã, em 28 de fevereiro. Levantamento da ANP, com base em fiscalizações em postos de todo o país, indica que o combustível lidera os reajustes e já alcança o maior patamar médio desde agosto de 2022. Os preços médios nacionais chegaram a R\$ 7,065 por litro para o diesel S-10 e R\$ 6,923 para o diesel comum, refletindo a pressão crescente sobre o mercado interno.

A alta acompanha a escalada do petróleo no cenário internacional, com o barril acima de US\$ 100, ante cerca de US\$ 70 antes da guerra. A volatilidade decorre tanto dos ataques em regiões produtoras do Golfo Pérsico quanto das tensões envolvendo o Irã no Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de 20% da oferta global da commodity.